

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS

CNPJ: 05.787.273/0001-41

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)

Exercícios Findos em:	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
ATIVO TOTAL		<u>99.586.080,20</u>	<u>6.981.559,27</u>
ATIVO CIRCULANTE		<u>97.527.031,29</u>	<u>4.922.397,45</u>
Caixa e Equivalente Caixa	4	3.893.855,19	4.590.115,58
Clientes – Contas a Receber	5	93.613.842,70	316.460,16
Estoques	6	19.333,40	15.821,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>2.059.048,91</u>	<u>2.059.161,82</u>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	<u>474.650,00</u>	<u>479.006,30</u>
Crédito a receber	7.1 (a)	200.000,00	200.000,00
Depósitos Judiciais	7.1 (b)	274.650,00	274.650,00
Créditos por Cauções		-	4.356,30
IMOBILIZADO	8	<u>1.584.398,91</u>	<u>1.580.155,52</u>
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO TOTAL		<u>99.586.080,20</u>	<u>6.981.559,27</u>
PASSIVO CIRCULANTE		<u>93.922.973,03</u>	<u>827.571,47</u>
Fornecedores	9.1	33.265,10	34.928,43
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.2	710.261,66	524.378,07
Obrigações Fiscais e Tributárias	9.3	82.876,88	54.890,34
Outras Contas a Pagar	9.4	93.096.569,39	213.374,63
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>2.390.963,82</u>	<u>2.521.180,33</u>
Obrigações Fiscais e Tributárias	10.1	1.628.339,63	1.758.556,14
Provisão de Riscos	10.2	562.624,19	562.624,19
Outros	10.3	200.000,00	200.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.272.143,35</u>	<u>3.632.807,47</u>
Capital Social	11.1	749.900,00	749.900,00
Reservas de Capital	11.2	1.619.875,18	1.619.875,18
Lucro/Prejuízos Acumulados	11.3	902.368,17	1.263.032,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FRANCISCO
TARCISIO RIBEIRO DE
ABREU:59907371149

Assinado de forma digital por
FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO
DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.02.17 11:19:16
-03'00'

KASSY ANNE JOSE
FERNANDA
SILVESTRE:79289754168

Assinado de forma digital por
KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:79289754168
Dados: 2023.02.17 10:25:57 -03'00'

ANDREA REGINA DE
SA:53052374168

Assinado de forma digital por
ANDREA REGINA DE
SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 09:41:26 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R\$)

Exercícios Findos em:	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		-360.664,12	3.851.591,51
Ajustes por:			
Depreciação		44.302,27	31.344,33
Ajuste de Exercícios Anteriores			(572.659,00)
Juros de Parc Tributários de LP		176.560,60	71.653,00
Prov Conting IRPJ e CSLL		-	
Resultado líquido após o ajustes		(139.801,25)	3.381.929,84
(Aumento)/Redução de Ativos Circulantes		(93.300.894,23)	884.686,05
(-) clientes e outros		(93.297.382,54)	903.916,52
(-) (Aumento) ou Redução em Estoques		-3.511,69	(14.874,17)
(-) (Aumento) ou Redução em Créditos a Receber			-4.356,30
Aumento/(Redução) de Passivos Circulantes		93.095.401,56	279.427,45
(+) Aumento (Redução) em Fornecedores		(1.663,33)	(31.434,29)
(-) Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas		185.883,59	115.583,99
(+) Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Tributárias		27.986,54	(6.733,93)
(+) Aumento (Redução) em Outros		92.883.194,76	202.011,68
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(345.293,92)	4.546.043,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de compra de ativo imobilizado		(84.360,91)	(93.769,48)
(+) (Aumento)/Redução Ativo Relizavel a Longo Prazo		-	0,00
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(84.360,91)	(93.769,48)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Reservas de Capital			
Obrigações Fiscais e Tributárias - Parcelamento LP		(266.605,56)	(252.455,35)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(266.605,56)	(252.455,35)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(696.260,39)	4.199.818,51
Caixa e equivalente de caixa no início do período		4.590.115,58	390.297,07
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		3.893.855,19	4.590.115,58
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-696.260,39	4.199.818,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FRANCISCO
TARCISIO RIBEIRO DE
ABREU:59907371149

Assinado de forma digital por
FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO
DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.02.17 11:20:26
-03'00"

KASSY ANNE JOSE
FERNANDA
SILVESTRE:79289754168

Assinado de forma digital por
KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:79289754168
Dados: 2023.02.17 10:27:25
-03'00"

ANDREA REGINA DE
SA:53052374168

Assinado de forma digital por ANDREA
REGINA DE SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 09:44:25 -03'00"

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS
CNPJ: 05.787.273/0001-41



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(EM R\$)

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido total
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Aumento do Capital Social				-
Reserva para Investimentos				-
Prejuízo do Exercício			3.851.591,51	3.851.591,51
Ajustes de Exercícios Anteriores			(517.056,03)	(517.056,03)
Saldos em 31/12/2021	749.900,00	1.619.875,18	1.263.032,29	3.632.807,47
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Aumento do Capital Social				-
Reserva para Investimentos				-
Prejuízo do Exercício			(360.664,12)	(360.664,12)
Ajustes de Exercícios Anteriores			-	-
Saldos em 31/12/2022	749.900,00	1.619.875,18	902.368,17	3.272.143,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO
TARCISIO RIBEIRO DE
ABREU:59907371149

Assinado de forma digital por
FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO
DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.02.17 11:22:49
-03'00'

KASSY ANNE JOSE
FERNANDA
SILVESTRE:7928975416
8

Assinado de forma digital por
KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:7928975416
Dados: 2023.02.17 10:28:08
-03'00'

ANDREA REGINA DE
SA:53052374168

Assinado de forma digital por ANDREA REGINA DE
SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 09:45:50 -03'00'

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS

CNPJ: 05.787.273/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM R\$)

Exercícios Findos em: 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Líquida	12	9.769.169,37	7.040.263,38
(-) CSV - Custo de Serv. Prestados	13	(4.333.325,95)	(4.106.119,12)
(=) Lucro Bruto		<u>5.435.843,42</u>	<u>2.934.144,26</u>
(-) Despesas Operacionais		(6.114.363,13)	(4.472.403,06)
Comerciais	14	(45.697,72)	(1.932,00)
Administrativas	15	(5.586.758,38)	(4.099.229,68)
Despesas Gerais	16	(437.604,76)	(339.897,05)
Depreciação e Amortização		(44.302,27)	(31.344,33)
(=) Resultado Antes das Rec e Desp Financ		<u>(678.519,71)</u>	<u>-1.538.258,80</u>
(-) Resultado Financeiro	17	317.855,59	5.389.850,31
Receitas Fianceiras	18		
(=) Resultado Antes dos Tributos s/ Lucro		<u>(360.664,12)</u>	<u>3.851.591,51</u>
(-) Prov de IRPJ e CSLL	18	-	
(=) Lucro antes do Imp. Renda/Contribuições		-360.664,12	3.851.591,51
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		<u>(360.664,12)</u>	<u>3.851.591,51</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Assinado de forma digital por
FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.02.17 11:19:50 -03'00'

Assinado de forma digital por
KASSY ANNE JOSE FERNANDA SILVESTRE:79289754168
Dados: 2023.02.17 10:26:49 -03'00'

Assinado de forma digital por
ANDREA REGINA DE SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 09:43:24 -03'00'

Notas Explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em reais R\$)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC Empresa Pública metropolitana cuja criação e reestruturação foram autorizadas pelas Leis Complementares nº 27, de 30 de dezembro de 1999, nº 169, de 29 de dezembro de 2021 e nº 171, de 31 de março de 2022, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, integrante da administração pública municipal de Goiânia e vinculada à Secretaria Municipal de Mobilidade, regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Municipal nº 2.012, de 21 de agosto de 2019.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais encerradas em **31 de dezembro de 2022** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Lei 6.404/76, e alterações posteriores, consubstanciadas, principalmente, no que tange à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cujas sínteses estão apresentadas na NOTA 3 a seguir.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Classificações de **Itens Circulantes e Não Circulantes no Balanço Patrimonial**, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação, os itens nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem numerários em poder da Empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações contábeis de curto prazo e de alta liquidez. Estes estão mensurados ao valor justo de realização.

Ativos Financeiros, os instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis e contas a pagar. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizado a taxa efetiva, quando se tratar de recebíveis.

Contas a Receber, correspondem aos valores a receber provenientes da Gestão dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros no contexto único da RMTCC- Rede Metropolitana de Transportes Coletivos no decurso normal das atividades da companhia.

Os estoques estão registrados pelo custo; O custo é determinado usando o método do custo médio.

Imobilizado é contabilizado de acordo com seu custo histórico, que faz jus ao valor de aquisição do bem respeitando o desembolso financeiro gerado no ato da compra, valor este reconhecido na contabilidade, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Provisão para férias e encargos é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

As Provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação “legal” ou “não formalizada” presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido apresentadas pelos assessores jurídicos da companhia.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

A Receita na demonstração de resultado é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Compensações entre Contas como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Depósitos Bancários a Vista	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Banco do Brasil – Ag.4678-7/021155-9	0,00	0,00
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0	0,00	361,71
Banco do Brasil – Ag.1610/ 85159-0 F. R.	1.474,26	0,00
Banco do Brasil – Ag.1610/945587	0,00	0,00
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0	0,00	1.165.410,56
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0 Fundos II	2.183.013,57	2.293.937,58
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0 Fundos III	0,00	2.816,30
Banco Itau – Ag. 04384/0664308	10,00	0,00
Banco Itaú – Ag. 04384/0670990	10,00	0,00
Banco Itaú – Ag. 04384/0664308 – Fundos I	308.843,25	0,00
Banco Itaú – Ag. 04384/0664308- Fundos II	0,00	0,00
Banco Itaú – Ag. 04384/0670990 - Fundos	1.061.991,07	0,00
Caixa Econômica Federal – Ag.2510/78257-5	0,00	963.658,95
Caixa Econômica Federal – Ag.2510/78257-5 Aplic	0,00	163.930,48
Banco do Brasil – Ag.1610/945587 – Fundo Aplic	338.513,04	0,00
TOTAL	3.893.855,19	4.590.115,58

NOTA 5 – CLIENTES - CONTAS A RECEBER

5.1 PARCELA DE PODER CONCEDENTE -PPC

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Rápido Araguaia Ltda.	141.710,76	127.497,55
Metrobus Transportes Coletivos Ltda.	48.586,81	61.465,06
H P Transportes Coletivos Ltda.	77.340,12	75.440,95
Viação Reunidas Ltda.	36.154,19	29.861,71
Coop. de Transp. do Estado de Goiás – COOTEGO	28.216,33	22.194,89
TOTAL	332.008,21	316.460,16

Os valores referem-se aos contratos de concessão de serviços relacionados à Rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC), repassados mensalmente à CMTC a título da Parcela do Poder Concedente-PPC, conforme previstos nos respectivos contratos e seus aditivos, com as CONCESSIONÁRIAS.

5.2 PPC COMPLEMENTO TARIFARIO

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Rápido Araguaia Ltda.	221.208,24	0,00
Metrobus Transportes Coletivos Ltda.	104.524,17	0,00
H P Transportes Coletivos Ltda.	121.320,84	0,00
Viação Reunidas Ltda.	53.923,74	0,00
Coop. de Transp. do Estado de Goiás – COOTEGO	57.013,09	0,00
TOTAL	557.990,08	0,00

Os valores referem-se a Parcela do Poder Concedente (PPC) do Complemento tarifário aprovado pela CDTC na Deliberação nº 02, de 25 fevereiro de 2022 com a definição de regras na Lei Complementar nº 169 de 29 de dezembro de 2021, que não foram pagas nas competências de Maio a Dezembro de 2022 da prefeitura de Senador Canedo R\$ 173.474,54 e Aparecida de Goiânia R\$ 215.004,06, competência de dez/22 da Prefeitura de Goiânia R\$ 108.358,98 e 2º (Segunda) quinzena do mês de dez/22 do Governo do Estado R\$ 61.152,50 perfazendo o valor total de R\$ 557.990,08.

5.3 PPC PLANO EMERGENCIAL

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Rápido Araguaia Ltda.	277.978,45	0,00
Metrobus Transportes Coletivos Ltda.	234.623,35	0,00
H P Transportes Coletivos Ltda.	189.953,51	0,00
Viação Reunidas Ltda.	82.931,50	0,00
Coop. de Transp. do Estado de Goiás – COOTEGO	58.422,19	0,00
TOTAL	843.909,00	0,00

Os valores referem-se a Parcela do Poder Concedente (PPC) a receber sobre Plano Emergencial para as Empresas da RMTC, por força do Processo Judicial nº 5296722.47.2020.8.09.0051, Ação Civil Pública em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia e que coube a CMTC, por decisão da Justiça, somente ser o agente receptor e repassador dos recursos às empresas concessionárias.

5.4 PPC ACORDO EXTRAJUDICIAL

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Metrobus Transportes Coletivos Ltda.	179.335,59	0,00

Os valores referem-se ao saldo residual constante no Processo nº 5025008-79.201.8.09.0051, em 23 de abril de 2021, do valor acordado de R\$ 717.342,38.

5.5 APORTE FINANCEIRO CONCESSIONARIA

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Prefeitura de Goiânia	59.996,38	0,00
Prefeitura Aparecida de Goiânia	22.477.018,57	0,00
Prefeitura Senador Canedo	19.658.433,82	0,00
TOTAL	42.195.448,77	0,00

Os valores referem-se Plano Emergencial para as Empresas da RMTC, por força do Processo Judicial nº 5296722.47.2020.8.09.0051, Ação Civil Pública em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia e que coube a CMTC, por decisão da Justiça, somente ser o agente receptor e repassador dos recursos às empresas concessionárias.

5.6 CREDITOS DECORRENTES COMPLEMENTO TARIFARIO

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Governo Estado de Goiás	4.649.167,56	0,00
Prefeitura de Goiânia	9.981.915,10	0,00
Prefeitura Aparecida de Goiânia	19.285.573,44	0,00
Prefeitura de Senador Canedo	15.588.494,95	0,00
TOTAL	49.505.151,05	0,00

Os valores referem-se ao saldo a receber dos entes no que tange ao repasse do complemento tarifário de acordo com o percentual instituído na Lei Complementar nº 169 de 29 de dezembro de 2021 valor no qual é distribuído a cada operador conforme emissão de fatura do complemento tarifário.

NOTA 6 – ESTOQUE

No almoxarifado consta, no seu inventário Bens de Consumo os itens são mensurados pelo valor de custo, incluindo os custos de aquisição e é determinado pelo método de custo médio.

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Material de Consumo - Almoxarifado	19.333,40	15.821,71
TOTAL	19.333,40	15.821,71

NOTA 7 - ATIVO REALIZÁVEL - A LONGO PRAZO

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Valores a Receber Concessionárias (a)	200.000,00	200.000,00
Depósitos Judiciais (b)	274.650,00	274.650,00
Creditos por Cauções	0,00	4.356,30
TOTAL	474.650,00	479.006,30

(a) Valores a Receber Concessionárias, referem-se ao acordo realizado com a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Goiânia, transcrito no ofício nº 490/2 e está vinculado à Deliberação nº 48 da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia.

(b) Dos Depósitos Judiciais o valor de **R\$ 274.650,00** refere-se a processo de desapropriação nº 200904185537.

NOTA 8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE / IMOBILIZADO

a) Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa de Deprec.	Custos	Dep. acumulada	Liquido 2022	Liquido 2021
Terenos - Área Terminal de Ônibus		1.345.211,18		1.345.211,18	1.345.211,18
Móveis e Utensílios	10%	126.055,24	-86.105,01	39.950,23	26.516,06
Veículos	20%	66.115,00	-34.768,00	31.347,00	38.700,00
Maquinas e Equipamentos	10%	119.416,81	-83.853,80	35.563,01	35.668,15
Computadores/Periféricos	20%	363.518,68	-231.536,44	131.982,24	133.714,88
Ferramentas	20%	7.111,07	-6.886,38	224,69	224,69
Instalações	10%	54.867,61	-54.747,05	120,56	120,56
		2.082.295,59	-497.896,68	1.584.398,91	1.580.155,52

b) Movimentação do Custo

Discriminação	2021		Movimentação		2022
	Custos	Adições	Baixas	Transferências	Custos
Terenos - Área Terminal de Ônibus	1.345.211,18			-	1.345.211,18
Móveis e Utensílios	107.393,12	24.639,12	5.977,00	-	126.055,24
Veículos	66.115,00			-	66.115,00
Maquinas e Equipamentos	117.314,98	9.981,83	7.880,00	-	119.416,81
Computadores/Periféricos	335.736,97	48.999,96	21.218,25	-	363.518,68
Ferramentas	7.111,07			-	7.111,07
Instalações	54.867,61			-	54.867,61
	2.033.749,93	83.620,91	35.075,25	-	2.082.295,59

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O Método linear ou cotas constantes, consiste na divisão do total do saldo de vida útil do bem a

$$DL = \frac{PV - R}{n}$$

depreciar, pelo número de anos de vida útil. Vejamos a formula abaixo:

Este é o método de depreciação, usual pelas principais administrações públicas, por ser o método de depreciação aceito pela RFB – Receita Federal do Brasil, conforme Regulamento do Imposto e Renda e instruções normativas e legislações complementares.

Por este método, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem. Dessa forma, o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos. Vejamos a tabela padrão utilizada.

Classe Bem	Taxa Anual	Anos de Vida útil
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores e Periféricos	20%	5
Ferramentas	20%	5

Os terrenos são avaliados ao custo de aquisição e não são depreciados porque a sua vida útil é considerada indefinida. Custos adicionais, que aumentem a vida útil de ativos tangíveis são capitalizados. Não há custos de empréstimos associados à construção de ativos tangíveis registrados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

A avaliação dos imóveis e o teste de impairment em andamento e constantes em processo próprio da CMTC, serão lançados em exercícios subsequentes, após o procedimento a serem adotados pela administração para o encaminhamento e conclusão dos lançamentos contábeis.

NOTA 9 - PASSIVO CIRCULANTE

9.1 FORNECEDORES A PAGAR

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
DCA Auditores Independentes	0,00	4.692,50
CONEPAR Part. E Empreendimentos	21.630,20	18.500,00
IPASGO	9.799,47	8.798,73
OI S/A	1.227,43	1.322,86
Directa Prime Soluções em Impressão	0,00	1.614,34
Jornal Hoje	608,00	
TOTAL	33.265,10	34.928,43

As contas a pagar à fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores (Telefone, Aluguel, Material de Consumo, etc.), no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

9.2 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Vencimento	6.174,21	5.604,73
13º Salario	6.174,19	2.335,30
Remuneração Conselho Fiscal/Adm/Comj	13.253,25	13.253,25
Férias a Pagar e Provisão de Férias	124.699,80	56.793,95
INSS a Recolher	180.250,29	140.085,19
FGTS	43.088,19	29.531,56
Provisão INSS s/Férias	35.913,54	16.356,66
Provisão FGTS s/Férias	9.975,98	4.534,18
Parcelamento - INSS Simplificado	290.732,21	255.883,25
TOTAL	710.261,66	524.378,07

O valor de **R\$ 13.253,25**, refere-se à Remuneração dos Conselhos Fiscal e de Administração foi estabelecida em ata registrada em 21/06/2004 e 25/05/2001 e da COMJI-Comissão Julgadora de Infrações, na deliberação CDTC 69 de 2012.

O Valor de **R\$ 180.250,29** de INSS a recolher da folha de pagamento de Dezembro de 2022, sendo **R\$ 136.375,07** patronal e **R\$ 43.875,22** retido dos funcionários.

O valor de **R\$ 290.732,21** refere-se a débitos previdenciários que foram parcelados:

a) Em 12/09/2017 na modalidade PERT/RFB em 145 meses;

B Os valores correspondem às 12 parcelas com exigibilidade até o final do exercício social subsequente, o qual incide, multas e juros de mora sobre o valor original, acrescidos de Selic.

O Valor de **R\$ 124.699,80** é constituída em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

O valor de **R\$ 35.913,54** esta relacionado à provisão de INSS com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

O Valor de **R\$ 9.975,98** esta relacionado à provisão de FGTS com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

9.3 OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
ISSQN a Recolher	288,57	57,07
PIS a Recolher	5.100,20	3.770,14
IRPJ a Recolher s/Serviços	140,25	75,00
COFINS/CSLL/PIS s/Serviços	434,78	232,50
IRRF a Recolher	76.913,08	50.755,63
TOTAL	82.876,88	54.890,34

9.4 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
CREDITOS COMPL TARIFARIO GOVERNO EST GOIÁS	4.649.167,56	0,00
CREDITOS COMPL TARIFARIO PREF GOIANIA	11.049.564,22	0,00
CREDITOS COMPL TARIFARIO PREF AP GOIANIA	19.285.573,44	0,00
CREDITOS COMPL TARIFARIO PREF SEN CANEDO	15.588.494,93	0,00
APORTE FINANCEIRO RAP ARAGUAIA	13.898.921,67	0,00
APORTE FINANCEIRO HP TRANSP COLETIVOS	9.497.675,78	0,00
APORTE FINANCEIRO VIAÇÃO REUINIDAS	4.146.574,91	0,00
APORTE FINANCEIRO METROBUS	11.731.166,92	0,00
APORTE FINANCEIRO COOTEGO	2.921.109,49	0,00
APORTE FINANCEIRO A RECOLHER	316.029,14	207.984,82
BANCO BONSUCESSO – CONSIGNADO	163,18	478,99
BANCO CEF – CONSIGNADO	4.111,85	4.668,18
BANCO DAYCOVAL - CONSIGNADO	7.483,62	0,00
VALOR SOC DE CREDITO DIRETO - CONSIGNADO	474,12	184,08
MULTAS DE TRANSITO	58,56	58,56
TOTAL	93.096.569,39	213.374,63

Os valores referentes aos Creditos Complemento Tarifario corresponde ao saldo a receber dos entes os quais serão repassados as concessionárias de acordo com o percentual instituído na Lei Complementar nº 169 de 29 de dezembro de 2021 valor no qual é distribuído a cada operador conforme emissão de fatura correspondente.

Os valores referente ao Aporte Financeiro corresponde ao Plano Emergencial para as Empresas da RMTC, por força do Processo Judicial nº 5296722.47.2020.8.09.0051, Ação Civil Pública em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia e que coube a CMTC, por decisão da Justiça, somente ser o agente recebedor e repassador dos recursos às empresas concessionárias.

A importância de **R\$ 316.029,14**, refere-se rendimento de aplicação do valor principal de repasse feito pelo Governo do Estado de Goiás - Plano Emergencial para as Empresas da RMTC, por força do Processo Judicial nº 5296722.47.2020.8.09.0051, Ação Civil Pública em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia e que coube a CMTC, por decisão da Justiça, somente ser o agente receptor e repassador dos recursos às empresas concessionárias. A CMTC aguarda determinações oriunda do processo original, para transferir a quem de direito o saldo remanescente referente os valores da aplicação financeira.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS DE LONGO PRAZO

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
INSS PARCELADO	290.732,21	255.883,25	1.628.339,63	1.758.556,14
TOTAL	290.732,21	255.883,25	1.628.339,63	1.758.556,14

O Parcelamento dos Débitos tributários previdenciários no valor **R\$ 1.628.339,63** correspondem às parcelas com exigibilidade após o final do exercício social subsequente, o qual incide, multas e juros de mora sobre o valor original, acrescidos da Selic.

- a) Em 12/09/2017 na modalidade PERT/RFB em 145 meses;

10.2 PROVISÕES ATIVAS E PASSIVAS

Este assunto é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC nº 25 e foi normatizado pela Resolução do CFC nº 1.180 de 04 de agosto de 2009 (NBC T 19.7), para aplicação a partir de 01 de janeiro de 2010 (art.2º). Seção 21 da NBC t 19.41.

O objetivo desta norma é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada e provisões passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente para permitir que os usuários e entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

PASSIVO			
TIPO DE PROCESSO	QUANT.	PROBABILIDADE	VALOR ESTIMADO DE PERDA
TRABALHISTA	6	POSSÍVEL	R\$ 639.242,60
CÍVEL	23	POSSÍVEL	R\$ 120.900.733,60
TRIBUTÁRIO	3	POSSÍVEL	R\$ 779.956,83
TRABALHISTA	2	REMOTO	R\$ 74.853,46
CÍVEL	64	REMOTO	R\$ 15.590.567,81
TOTAL	98		R\$ 137.985.354,30
ATIVO			
TIPO DE PROCESSO	QUANT.	PROBABILIDADE	VALOR ESTIMADO DE GANHO
CÍVEL	1	PRATICAMENTE CERTO	R\$ 717.342,38
TRIBUTÁRIO	1	PROVÁVEL MAS NÃO PRATICAMENTE CERTO	R\$ 100,00
CÍVEL	2	NÃO PROVÁVEL	R\$ 46.727,95
CÍVEL	2	PROVÁVEL MAS NÃO PRATICAMENTE CERTO	R\$ 4.059.354,17
TOTAL	6		R\$ 4.823.524,50

Conforme resposta apresentado pelo Departamento Jurídico desta Companhia, em 31 de dezembro de 2022, para provisões do ativo e passivo contingentes:

Apresentou no polo Passivo:

- Classificadas como Possível:
 - 05 ações trabalhista, no valor total de R\$ 632.605,84
 - 23 ações cíveis, no valor total de R\$ 120.900.733,60
 - 03 ações tributárias, no valor total de R\$ 779.956,83
- Classificadas como Remoto:
 - 02 ações trabalhistas, no valor total de R\$ 74.853,46
 - 64 ações cíveis, no valor total de R\$ 15.590.567,81

Totalizando 98 ações, no Polo Passivo no valor de R\$ 137.978.717,54

Apresentou no Polo Ativo:

- Classificadas como Praticamente Certo:
 - 01 ação cível, no valor total de R\$ 717.342,38
- Classificadas como Provável mas Não Praticamente Certo:
 - 01 ação tributária, no valor total de R\$ 100,00
 - 02 ações cíveis, no valor total de R\$ 4.059.354,17
- Classificadas como não Provável:
 - 02 ação cível, no valor total de R\$ 46.727,95

Totalizando 06 ações, no Polo Ativo, no valor de R\$ 4.823.524,50

Em relação aos Riscos de natureza fiscal e tributária, a CMTC, em 2008 ingressou com ação judicial de nº 2008.35.00.020875-2, cujo escopo foi requerer a Declaração do Direito à Imunidade Tributária, baseado no Art. 150, VI, da Constituição Federal, cujo processo encontra-se em trâmite no judiciário:

- a) De acordo com o caput do art. 13 da lei 9.718 de 27 de novembro de 1998, a opção pelo regime tributário é facultada ao contribuinte sujeito passivo, desde que tal obrigatoriedade não esteja enumerada no art. 14 da mesma lei, por esse motivo **COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC**, poderia optar pelo regime de tributação do Lucro Real baseada na legislação mencionada sendo reforçada também pelo inciso IV, do art. 14 da referida legislação.
- b) Levando em consideração o regime tributário do Lucro Real, esclarecemos a seguir de forma detalhada os tributos envolvidos:

A lei nº 12.860/2013 **para zero** as alíquotas do Pis e Cofins vinculados os serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário, e aquaviário de passageiros, inclusive no território da região metropolitana regularmente constituída.

- c) Conforme NBC TG 25 (R2) e CPC 25 foram realizadas, como se devido fosse, a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido no valor de **R\$ 562.624,19 (quinhentos e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos)**, com apuração e lançamento em 2019, até a haja a decisão da ação impetrada em 2008, conforme relatado acima.

10.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme demonstrado no item 10.2, acima, dados esses informados pela Assessoria Jurídica da CMTC, foi movida ação de cobrança pela SANEAGO em desfavor da CMTC por prestação de serviços de água e esgoto, resultando no montante de R\$ 15.918.896,92. Em 31/12/2022, ainda não tinha valor definido, pois em razão de divergência de valores o processo foi enviado à Contadoria Judicial para revisão dos cálculos. Somente em 10/01/2023, após a Contadoria ter retornado o processo com os cálculos para o juízo é que esse decidiu o valor final da cobrança, restando incontroverso que a CMTC deve a SANEAGO, pela prestação de serviços de água e esgoto, nos terminais de Transporte Coletivo no período de 12/2012 a 10/2021, o valor de R\$ R\$ 15.918.896,92, alterando a probabilidade de perda da ação de “possível” para “provável”. Ademais, informa ainda que a sentença que condenou a Companhia ao pagamento acima referentes à prestação de serviços de água e esgoto nos terminais de transportes coletivos está incluso a inadimplência em que é devedora a empresa METROBUS, alcançando o valor de R\$ 12.885.777,54 e, o restante, de R\$ 3.033.119,38 de inadimplência são de responsabilidade das operadoras pertencentes a REDEMOB, ocorrida mesmo período, também dos mesmos serviços de água e esgoto nos demais terminais pertencentes à cidade de Goiânia e Região Metropolitana. O Setor Jurídico informa que a CMTC está em negociação com a METROBUS para que a mesma assuma a dívida de sua responsabilidade e, portanto desonbrando a CMTC do montante informado acima. Quanto ao valor de R\$ 3.033.119,38, a Assessoria Jurídica também buscará junto as operadoras da REDEMOB, pelos meios jurídicos, que as mesmas assumam esse passivo em que a CMTC foi condenada a pagar.

O valor de R\$ 15.918.896,92, citado, engloba o montante de R\$ 120.900.733,50, descrito como Polo Passivo e classificado como “Possível” – Demonstrado no item 10.2.

10.4 OUTROS

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
COOTEGO	200.000,00	200.000,00
TOTAL	200.000,00	200.000,00

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CMTC – Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos está construído por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas com valor unitário de R\$ 1,00 por ação, estando assim distribuídas:

Ações Subscritas (Acionistas)

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Prefeitura Municipal de Goiânia	749.900,00	749.900,00
Governo Estado de Goiás	250.000,00	250.000,00
Membros do Conselho de Administração	100,00	100,00
SUB-TOTAL	1.000.000,00	1.000.000,00

(-) Ações a Integralizar

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Governo do Estado de Goiás	-250.000,00	-250.000,00
Membros do Conselho de Administração	-100,00	-100,00
SUB-TOTAL	-250.100,00	-250.100,00
TOTAL	749.900,00	749.900,00

Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria Geral do Estado, autos 2016000030187 o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição.

Houve publicação no Jornal Diário da Manhã realizada em 13/03/2018 com a seguinte redação: “realizar no prazo de 30 (trinta) dias a prestação correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) das

ações à ele subscritas na constituição da Companhia, procedendo o pagamento das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) ações nominativas que compõem o capital social da Empresa o que corresponde a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), devidamente corrigidos, devidos pelo acionista ora notificado.

Com relação a este a Companhia está pleiteando a integralização com o valor atualizado desde da data de assinatura da ata de constituição da Companhia, haja vista a perda do valor do recurso notempo.

11.2 RESERVA DE CAPITAL

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Doações e Subvenções p/ Investimentos(a)	14,00	14,00
Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital (b)	100,00	100,00
Reserva p/ Investimentos Concorrência 01/2007 (c)	1.619.761,18	1.619.761,18
TOTAL	1.619.875,18	1.619.875,18

- (a) **As Doações e Subvenções para Investimentos** referem-se a Bens Móveis transferidos do acervo da TRANSURB, apropriados pelo custohistórico.
- (b) O Saldo apresentado em **Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital** refere-se a integralização a maior realizada em 2003 pela Prefeitura Municipal de Goiânia.
- (c) Os saldos referentes a conta **Reserva para Investimentos Concorrência**, referem-se aos repasses oriundos da contrapartida estabelecida nos contratos celebrados para a capacitação dos serviços públicos utilizados em investimentos na infraestrutura, previstos no PMTC (Programa Metropolitano de Transporte Coletivo), inserido no Plano Diretor Setorial de Transporte Coletivo, conforme detalhamento referente as notas explicativas nº 8, referente a aquisição de terrenos vinculados ao respectivo convenio.

11.3 LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-1.162.614,59
Lucro/Prejuízos Acumulados	902.368,17	2.425.646,88
TOTAL	902.368,17	1.263.032,29

O lucro/prejuízo acumulado no exercício conforme demonstrado no Balanço Patrimonial e Demonstração do Patrimônio Líquido foi de R\$ 902.368,17 (novecentos e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos).

NOTA 12 - RECEITA LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
PARCELA DO PODER CONCEDENTE - PPC	9.221.100,45	6.800.667,38
PPC Cootego	438.164,74	512.453,92
PPC HP Transportes	1.485.587,10	1.688.597,89
PPC Metrobus	1.886.307,38	1.242.723,88
PPC Rápido Araguaia	2.369.909,00	2.692.094,79
PPC Viação Reunidas	636.640,83	664.796,90
PPC Complemento Tarifário Cootego	183.991,17	0,00
PPC Complemento Tarifário HP Transportes	444.919,43	0,00
PPC Complemento Tarifário Metrobus	650.576,60	0,00
PPC Complemento Tarifário Rápido Araguaia	906.958,56	0,00
PPC Complemento Tarifário Viação Reunidas	218.045,64	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	548.068,92	236.596,00
Taxa de Vistoria CMTC	403.908,00	203.132,00
Rec. De Prest. De Serv. - CMTC	144.160,92	36.464,00
TOTAL	9.769.169,37	7.040.263,38

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC tem por fonte ordinária de recursos, a Parcela do Poder Concedente – PPC, devida mensalmente ao percentual de 1% sobre as passagens vendidas e transportada, por todos os operadores de transportes coletivos (exceto Metrobus 2%) integrantes do Sistema Integrado de Transportes, conforme Contrato de Concessão dos Serviços celebrado individualmente entre a CMTC e as concessionárias: Metrobus Transportes Coletivos Ltda, Rápido Araguaia Ltda, HP Transportes Coletivos Ltda, Viação Reunidas Ltda, e Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás - COOTEGO; É importante mencionar que a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC tem a função de agente normativo, regulador e fiscalizador do transporte coletivo, não podendo ser considerado como venda de serviços prestados.

Os valores referentes a Parcela do Poder Concedente (PPC) do Complemento tarifário foi aprovado pela CDTC na Deliberação nº 02, de 25 fevereiro de 2022 com a definição de regras na Lei Complementar nº 169 de 29 de dezembro de 2021.

O valor de R\$ 403.908,00, são oriundas de taxas de vistoria, na forma do capítulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 144.160,92 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte – SIT, todos os recursos materiais e todos os direitos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC.

NOTA 13 – CUSTOS DE SERV. PRESTADOS

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
PESSOAL E ENCARGO		
Remuneração	2.902.068,21	2.781.092,56
Encargos Sociais	1.002.237,98	908.870,86
Benefícios Aux. Alimentação	429.019,76	416.155,70
TOTAL	4.333.325,95	4.106.119,12

Como custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante destes é o custo com folha de pagamento, que para apresentação das demonstrações financeiras de 2022, comparativas a 2021, foi adotado um critério de rateio baseado na planilha abaixo, onde foi constatado que do total de despesas incorridos com folha de pagamento 46% estão vinculados à atividade fim da Companhia, ou seja, à Diretoria Técnica e à Diretoria de Fiscalização, desse modo apenas as despesas com pessoal vinculadas a essas atividade é que foram consideradas custos.

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%	PARTICIP	MOD
DESP PRES	204.970,05	40%	54%	DESPESA
ADM/FINAC	73.424,80	14%		
DIR. TECN.	119.102,85	23%	46%	CUSTO
FISCALIZ	121.150,04	23%		
TOTAL	518.647,74		100%	

NOTA 14 – DESPESAS OPERACIONAIS / COMERCIAIS

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Anúncios e Publicidade	37.597,72	1.200,00
Serviços Gráficos	8.100,00	732,00
TOTAL	45.697,72	1.932,00

As despesas deste elemento da DRE abrangem desde anúncios e publicidade junto aos usuários do sistema de transporte público, como estimativa de perdas com recebíveis derivados da receita do PPC – Parcela do Poder Concedente ou outros serviços prestados pela CMTC em aberto (provisão para crédito de liquidação duvidosa).

NOTA 15 - DESPESAS OPERACIONAIS/ ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
PESSOAL E ENCARGO	5.296.029,21	3.818.639,97
Remuneração	3.615.857,08	2.643.616,42
Encargos Sociais	1.176.540,24	805.979,82
Benefícios Aux. Alimentação	503.631,89	369.043,73
UTILIDADES/MAT DE ESCRITÓRIO / VIAGENS	104.092,75	57.373,70
SERVIÇOS EM GERAL	96.894,00	73.265,10
IMPOSTOS E TAXAS	89.742,42	149.950,91
TOTAL	5.586.758,38	4.099.229,68

Assim como ocorre nos custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante dos elementos das Despesas Operacionais é a despesa com folha de pagamento (Pessoal e Encargos) que representam 90% dessas despesas. Para apresentação das demonstrações financeiras de 2022, comparativas a 2021, foi adotado um critério de rateio baseado na planilha apresentada na Nota 13, onde foi constatado que do total de despesas incorridos com folha de pagamento 54% estão vinculados às atividades de apoio, administrativa e financeira da Companhia, desse modo apenas as despesas com pessoal vinculadas a essas atividade é que foram consideradas despesas.

NOTA 16 - DESPESAS OPERACIONAIS / DESPESAS GERAIS

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Telefone	28.706,71	28.935,28
Água e Esgoto	9.975,34	4.293,69
Energia Elétrica	68.555,56	41.741,01
Copa Lanches e Refeições	335,38	681,93
Baixa Bens Inservíveis	35.075,25	0,00
Locações	294.956,52	264.245,14
Locação de Imóveis	259.562,40	227.889,44
Locação de Máquinas	11.725,22	19.524,20
Locação de Software	18.825,00	16.831,50
Locação de Equipamento	4.843,90	0,00
TOTAL	437.604,76	339.897,05

NOTA 17 - RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
RECEITAS FINANCEIRAS	539.009,40	5.467.747,62
Juros Ativos - Rend de Aplic Financ	394.446,77	75.279,37
Descontos Obtidos	15.299,68	0,00
Repasse Prefeitura	107.789,75	5.392.210,25
MULTA CONTRATUAL - LC/39	21.473,20	258,00
Multa Contratual – LC/39 - CMTC	1.000,00	258,00
Multa Contratual – AI/ROT – COOTEGO	20.473,20	0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(221.153,81)	(22.294,34)
Tarifas Bancárias	(4.369,94)	(6.244,31)
IOF	(40.193,27)	
Multas e Juros de Mora Fiscais	(176.590,60)	(71.653,00)
TOTAL	317.855,59	5.389.850,31

Receitas Financeiras no valor de R\$ 394.446,77, são oriundas de Juros Ativos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras; o valor de R\$ 107.789,75, refere-se a valores recebidos da Prefeitura de Goiânia por determinação da Lei nº 10.516, de 8 de setembro de 2020, art.4º, que concede Subvênção Econômica a CMTC, realizada em parcelas iguais e mediante prévia apresentação de relatório mensal dos gastos à Secretaria Municipal de Finanças, o valor de R\$ 21.473,20 são originados de multas aplicadas nos termos dos contratos de concessão firmados com as respectivas entidades.

Despesas Financeiras estão relacionadas com despesas bancárias e juros e encargos de mora, sobre parcelamentos realizados junto ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

NOTA 18 – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO – PROV. DE IRPJ / CSLL

DESCRIÇÃO	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
LUCRO ANTES DO IR/CSL	-360.664,12	3.851.591,51
(-) Prejuízo Fiscal	0,00	0,00
LUCRO REAL		0,00
CSLL 9%	0,00	0,00
IRPJ 15 + 10%	0,00	0,00
TOTAL	-360.664,12	3.851.591,51

NOTA 19 – DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

A DFC informa as entradas e saídas de recursos financeiros da Companhia segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no exercício de 2022 comparado a 2021. As alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, estão demonstradas na DFC pela Metodologia Indireta, ou seja, partindo do Resultado do Período apurado na Demonstração de Resultado do Exercício.

19.1 AJUSTES AO RESULTADO OPERACIONAL

Descrição	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
AJUSTES ANTERIORES	0,00	-517.056,03
TOTAL	0,00	-517.056,03

Em 2021 apuramos montante em Ajustes de Exercícios Anteriores de **R\$ 572.659,00**, proveniente a baixa no ativo contingente de exercícios anteriores.

19.2 FINANCIAMENTOS

A entidade teve como fonte de recursos, os repasses mensais pelas concessionárias integrantes do Sistema Integrado de Transportes Coletivos, conforme edital de concorrência CMTC nº 001/2007 e recebimento de multas. Não houve no exercício de 2022, empréstimos ou outra forma de captação e/ou destinação de recursos.

NOTA 20 - OUTROS EVENTOS

O novo corona vírus (COVID-19) trouxe impactos financeiros negativos significantes para a Companhia, especialmente até o exercício de 2022 e, que ainda refletiu neste exercício e poderá ocorrer nos seguintes, considerando a considerável redução da utilização do transporte coletivo pelos cidadãos, visto que muitos passaram a utilizar veículos próprios. Vale lembrar que a principal receita da Companhia, o PPC – Parcela do Poder Concedente, que têm como fator gerador o valor da receita obtida pelas concessionárias através de cobranças tarifas, onde atualmente são repassados o equivalente a 1% de suas receitas à CMTC.

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO PATRIMÔNIO LIQUIDO

Adotou-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, como também no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

As demonstrações foram elaboradas adotando o valor contábil como base de valor, e o resultado do exercício, foi apurado de acordo com as operações realizadas no exercício de 2022.

21.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC no valor **R\$ 3.272.143,35 (tres milhões e duzentos e setenta e dois mil e cento e quarenta e tres reais e trinta e cinco centavos)**, estando constituído conforme a seguinte estrutura:

- **Capital Social – Idem nota explicativa 11.1**
- **Reservas – Idem nota explicativa 11.2**
- **Prejuízos Acumulados – Idem nota explicativa 11.3**

21.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor/Reais
Resultado no Exercício de 2022	(-) 360.664,12
Resultado Acumulado em 2022	902.368,17

O resultado foi apurado com base no regime de competência do exercício, demonstrado com um Lucro do período de **R\$ 360.664,12 (trezentos e sessenta mil seiscientos e sessenta e quatro reais e doze centavos)**, com um saldo acumulado no exercício de 2022 de **R\$ 902.368,17** (novecentos e dois reais trezentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos).

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Teve como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

Demonstramos a formação do resultado líquido do exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, conforme composição a seguir:

(a) Receita Líquida de Concessão – Faz juz às receitas auferidas pela Companhia fazendo correlação receita operacional bruta, conforme estrutura conceitual da DRE. Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

(b) Custo de Gestão dos Serviços – Faz juz aos custos apurados no período, fazendo correlação na estrutura conceitual da DRE a conta “Custos das Vendas/Prestação de serviços” Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

(c) Despesas Operacionais/Despesas Gerais – As despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos, que se relacionam diretamente com o objeto social e econômico do órgão, e que não sejam de custeio direto da operação. Aqui nesta rubrica em específico, tratamos das despesas gerais e não recorrentes, que não são ligadas diretamente a atividade operacional. Composição financeira descrita na nota explicativa 16.

(d) Despesas Operacionais/Despesas Administrativas – Nesta seção específica, demonstramos as despesas administrativas que compreendem todos os custos e desembolsos que a entidade possui e que são fixos e indiretos ao negócio da empresa. Composição financeira descrita na nota explicativa 15.

(e) Outras Receitas/ Despesas Operacionais – As outras receitas/despesas são todas aquelas provenientes da atividade secundária ou derivativa da Empresa, no qual por motivo pré-estabelecido em estatuto, ela reconheça obrigações ou direitos decorrentes destas operações.

(f) Resultado Financeiro – São provenientes de aplicações e operações financeiras, oriundas da utilização dos numerários que se encontram em giro na entidade. Composição financeira descrita na nota explicativa 18.

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/2008 e pela Resolução CFC nº 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre a controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionada.

Gostaríamos de salientar que no exercício de 2022 a CMTC não realizou operações com partes relacionadas.

NOTA 24 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria autorizou, em 31 de janeiro de 2023, a conclusão das demonstrações financeiras e notas explicativas referente ao exercício de 2022.

As demonstrações foram elaboradas adotando o regime de competência, de acordo com os saldos acumulados e as operações realizadas no exercício de 2022.

Era o que nos cumpria apresentar em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento.

Goiânia, 31 de Dezembro de 2022.

FRANCISCO
TARCISIO RIBEIRO DE
ABREU:599073711
49

Assinado de forma digital por FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.04.25 15:50:29 -03'00'

KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:7928975
4168

Assinado de forma digital por KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:79289754168
Dados: 2023.04.17 09:33:05 -03'00'

MURILO
GUIMARAES
ULHOA:310835281
49

Assinado de forma digital por MURILO GUIMARAES
ULHOA:31083528149
Dados: 2023.04.17 09:56:46 -03'00'

CLEITON
APARECIDO
LEMOS:3012894
3149

Assinado de forma digital por CLEITON APARECIDO
LEMOS:30128943149
Dados: 2023.04.17 10:05:10 -03'00'

AUREA MARIA
DE OLIVEIRA
PITALUGA:422
26821104

Assinado de forma digital por AUREA MARIA DE OLIVEIRA
PITALUGA:42226821104
Dados: 2023.04.18 10:52:21 -03'00'

ANDREA REGINA DE
SA:53052374168

Assinado de forma digital por ANDREA REGINA DE SA:53052374168
Dados: 2023.04.17 08:57:27 -03'00'

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos o exercício de 2022, queremos prestar contas aos Senhores Acionistas dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas na **Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC**.

1 - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL- seguindo princípios de “transparência na gestão”, buscamos voltar nosso trabalho para o bom êxito na gestão do transporte coletivo no âmbito dos municípios que integram a RMTC. A CMTC encerrou o exercício de 2022 com ativos e passivos totais de R\$ 99.586.080,20 (noventa e nove milhões e quinhentos e oitenta e seis mil e oitenta reais e vinte centavos).

2 - CONTROLES INTERNOS – a CMTC através de seu Acionista Majoritário, está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade de gestão e à crescente demanda pelos serviços do transporte públicos da RMTC. As atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância de parâmetros estabelecidos nas regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras

3 - PREVENÇÃO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – a CMTC como empresa pública, adota procedimentos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controle adequados à prevenção de riscos que venham resultar em atos que possam infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal e conseqüentemente por em risco a eficiência e eficácia da sua gestão.

Atentos à legislação vigente e às normas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, buscamos constantemente, adequar-nos aos procedimentos exigidos. Nesse contexto, a Companhia mantém atenção e vigilância continua junto aos colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

Goiânia, 31 de dezembro de 2022.

FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO DE
ABREU:59907371149

Assinado de forma digital por
FRANCISCO TARCISIO RIBEIRO
DE ABREU:59907371149
Dados: 2023.02.17 11:24:58
-03'00'

KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:79289754168

Assinado de forma digital por
KASSY ANNE JOSE FERNANDA
SILVESTRE:79289754168
Dados: 2023.02.17 10:23:43
-03'00'

CLEITON APARECIDO LEMOS:30128943149

Assinado de forma digital
por CLEITON APARECIDO
LEMONS:30128943149
Dados: 2023.02.17
10:53:25 -03'00'

MURILO GUIMARAES ULHOA:31083528149

Assinado de forma digital
por MURILO GUIMARAES
ULHOA:31083528149
SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 11:07:34
-03'00'

AUREA MARIA DE OLIVEIRA PITALUGA:42226821104

Assinado de forma digital por
AUREA MARIA DE OLIVEIRA
PITALUGA:42226821104
Dados: 2023.02.17 12:01:53
-03'00'

ANDREA REGINA DE SA:53052374168

Assinado de forma digital por
ANDREA REGINA DE
SA:53052374168
Dados: 2023.02.17 09:57:24
-03'00'

Parecer do Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2022

O Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFL; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; o Relatório dos Auditores Independentes da DCA – Auditores Independentes S/S, datado de 03 de março de 2023, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. Considerando as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, além da documentação acostada aos autos, opinamos que as Demonstrações relativas ao exercício de 2022, **refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CMTC.**

Goiânia, 14 de março de 2023.



Rayssa de Souza Melo

Presidente



Gilmar Carneiro Norbiato Júnior

Membro Titular

Adriano da Rocha Lima

Membro Titular

Aparecida de Goiânia – GO, 08 de março de 2023.

Aos
Sócios, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC
CNPJ Nº 05.787.273/0001-41
GOIÂNIA - GO

Prezado Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Individuais, e NBCTA705 de 17/06/2016 com modificação de opinião, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2022.

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000757/O-6 – CVM 6971 – CNPJ 26678045/0001-03

THIAGO SILVA
MARINHO:9341877911
5

Assinado de forma digital por
THIAGO SILVA
MARINHO:93418779115
Dados: 2023.03.08 16:45:02 -03'00'

Thiago Silva Marinho
Sócio, CRC/GO: 014432/0
Sócio

SUMÁRIO

- 01. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- 02. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS:**
 - 02.1. Balanço Patrimonial (BP);**
 - 02.2. Demonstração de Resultado de Exercício (DRE);**
 - 02.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);**
 - 02.4. Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto (DFC);**
 - 02.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.**
- 03. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL DO AUDITOR**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Sócios, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC

CNPJ Nº 05.787.273/0001-41

GOIÂNIA - GO

Opinião com Ressalva e Ênfase

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, levantado em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o balanço patrimonial (BP), a demonstrações do resultado do exercício (DRE), do resultado abrangente, a mutações do patrimônio líquido (DMPL) e a demonstração de fluxos de caixa (DFC) para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, em 31 de dezembro de 2022 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

De acordo com as análises da auditoria sobre a movimentação do ano de 2022 e sua apresentação nas peças contábeis, cabe ressalvar os seguintes aspectos:

1. Da não realização do teste de Recuperabilidade dos Ativos do Imobilizado – Seção 17 da NBC TG 1000 (R1)

Verificamos no decorrer de nossas análises, que apesar de iniciado o processo do teste de recuperabilidade dos ativos, bem como implementado o controle patrimonial, o processo não foi finalizado na contabilidade para fechamento das demonstrações contábeis, para os bens móveis e imóveis, sendo que está previsto a finalização para 2023. Tal procedimento é requerido no Pronunciamento CPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, NBC TG 01 (R4), bem como, exigido pela NBC TG 1000 (R1) na Seção 14. Verificamos ainda, que a companhia não adotou os procedimentos de documentação de sua política de renovação de ativos e consequentemente de depreciação pela vida útil dos bens.

2. Redução ao Valor Recuperável (item 11.14 da NBC TG 1000 – R1) e Reconhecimento de Perda de Crédito Esperada (item 5.5 da NBC TG 48)

De acordo com a Nota Explicativa nº 7 o Ativo Realizável a Longo Prazo, apresenta um saldo de R\$ 474.650,00, que é composto por R\$ 200.000,00 de subvenções recebidas e repassadas à Concessionária e R\$ 274.650,00 de Depósitos Judiciais. Com relação ao valor de R\$ 274.650,00, para o exercício de 2022, a Companhia não atualizou estes depósitos, e tampouco apresentou extrato da conta judicial que demonstrasse o saldo disponível que contrapõe as ações em andamento. Razão pela qual, não podemos concluir sobre os reais valores no ativo realizável a longo prazo e no patrimônio líquido, no resultado do período apresentando na Demonstração de Resultado, e nos fluxos de caixa da atividade operacional apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Cabe ressaltar, que esses ativos são oriundos de períodos anteriores. Conforme mencionado na ata do Conselho de Administração, será dada baixa no ativo, primeiro trimestre de 2023.

3. Eventos Subsequentes – Processo Judicial

Como Eventos Subsequentes, verificamos que, conforme apresentado na Nota Explicativa 10.3, foi mencionado pela Assessoria Jurídica da CMTc, uma ação movida de cobrança pela SANEAGO em desfavor da CMTc por prestação de serviços de água e esgoto, resultando no montante de R\$ 15.918.896,92 (quinze milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), em janeiro de 2023. Em 31/12/2022, a ação estava classificada como “*probabilidade possível*” no relatório do jurídico, pois ainda, não tinha valor definido, em razão de divergência de valores o processo foi enviado à Contadoria Judicial para revisão dos cálculos. Somente em janeiro de 2023, após a Contadoria ter retornado o processo com os cálculos para o juízo é que esse decidiu o valor final da cobrança. Fomos informados ainda, pelo jurídico, que a sentença que condenou a Companhia ao pagamento acima referentes à prestação de serviços de água e esgoto nos terminais de transportes coletivos está incluso como a devedora a empresa “METROBUS”, alcançando o valor de R\$ 12.885.777,54 e, o restante, de R\$ 3.033.119,38 são de responsabilidade das operadoras pertencentes a “REDEMOB”. A companhia está em negociação com a “METROBUS” e a “REDEMOB” para que as mesmas assumam a dívida de sua responsabilidade, que a CMTc foi condenada a pagar.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, destacamos os pontos a seguir, para conhecimento geral:

1. A companhia apresentou déficit em suas operações no ano de 2022 no valor de R\$ 360.664,12 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e doze centavos);
2. Conforme Nota Explicativa nº 11.1 *“Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria do Estado, autos 2016000030187, o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição”*;
3. De acordo com a Nota Explicativa nº 20 – “Outros Eventos” a Companhia comunica que, “O novo corona vírus (COVID-19) trouxe impactos financeiros negativos significantes para a Companhia, especialmente até o exercício de 2022 e, que ainda refletiu neste exercício e poderá ocorrer nos seguintes, considerando a redução da utilização do transporte coletivo pelos cidadãos, visto que muitos passaram a utilizar veículos próprios. Vale lembrar que a principal receita da Companhia, o PPC – Parcela do Poder Concedente, que têm como fator gerado o valor da receita obtida pelas concessionárias através de cobranças de tarifas, onde atualmente são repassados o equivalente a 1% de suas receitas à CMTC.
4. Consta nas Notas Explicativas nº 10.2 “Provisões Ativas e Passivas”, que a CMTC possui ações judiciais no polo Passivo, classificadas como Risco Possível e Remoto no montante de R\$ 137.985.354,30 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), verificamos também que conforme detalhado no relatório Jurídico, este montante se refere à um total de noventa e oito (98) ações, sendo trinta e dois (32) ações, classificadas como possível e sessenta e seis (66) ações, classificadas como remoto. Alertamos ainda, que apenas uma (01) ação é responsável por 98% deste montante, sendo este o processo de nº 0315363-47.2015.8.09.0051 no montante de R\$ 120.900.733,60 (cento e vinte milhões, novecentos mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), cuja probabilidade de perda foi classificada como Possível.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, foram auditadas por outros auditores, tendo sido emitido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, com ressalvas e ênfases, datado de 14/04/2022.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Legislação mencionada no parágrafo de opinião deste relatório e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 08 de março de 2023.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000757/O-6 – CVM 6971 – CNPJ 26678045/0001-03

THIAGO SILVA
MARINHO:9341877
9115

Assinado de forma digital por
THIAGO SILVA
MARINHO:93418779115
Dados: 2023.03.08 16:45:55
-03'00'

Thiago Silva Marinho
Sócio, CRC/GO: 014432/0
Sócio



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO

Certidão n.º: GO/2023/00000858

Nome: THIAGO SILVA MARINHO CPF: 934.187.791-15

CRC/UF n.º GO-014432/O Categoria: CONTADOR

Validade: 01/06/2023

Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **934.187.791-15** Controle : **2023.3278.3592.3906**